

# PSICOLOGIA E PROTEÇÃO SOCIAL NA AMAZÔNIA: DIÁLOGOS COM FAMÍLIAS DE UM GARIMPO

## RESUMO

URNAU, L. C. **Psicologia e proteção social na Amazônia: diálogos com famílias de um garimpo.** 2013. 281f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

No contexto de estruturação do Sistema Único de Assistência Social, no qual os profissionais da psicologia passam a compor obrigatoriamente as equipes de atenção a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, o objetivo desta pesquisa foi refletir sobre as possibilidades teórico-práticas da psicologia na proteção social básica, com base na interlocução com famílias de um garimpo de cassiterita na Amazônia Ocidental. Para tanto, realizou-se um estudo de cunho etnográfico, de incursões com frequência semanal, durante aproximadamente um ano, no qual foram realizadas observações participantes, conversas informais e entrevistas semiestruturadas com os residentes do local. Buscou-se entender o contexto histórico e social do garimpo; as histórias familiares; os aspectos do cotidiano familiar; os sentidos e as expectativas de futuro das famílias; as formas de organização coletiva e participação social; bem como, os sentidos e experiências das famílias com a psicologia. A análise foi realizada à luz da abordagem teórica da psicologia histórico-cultural, que busca articular as dimensões subjetiva e objetiva, singular e coletiva, para o entendimento dos sujeitos e dos sentidos/significados por eles atribuídos às suas vivências. Os resultados revelaram como as condições objetivas de pobreza, baixa escolarização, não efetividade das ações públicas, exploração do trabalho e criminalização da atividade garimpeira atravessam as vivências dos moradores do garimpo e incidem em contradições entre *o silêncio/grito* e a *inação/ação* dos indivíduos e sua organização coletiva. Numa dimensão subjetiva dos processos psicossociais da desigualdade social, tais condições repercutem em sentimentos de humilhação, desvalorização e necessidade de reconhecimento. Numa dimensão coletiva da participação social, correlacionaram-se: as características do contexto neoliberal contemporâneo, a falta de espaços efetivamente democráticos nas instituições públicas na localidade e a dinâmica específica da comunidade e de seus sujeitos, que impõem limites, mas também apontam possibilidades, motivadas pela criticidade da população e a vontade de mudar o existente. Resultados que demarcam a importância de conhecer e compreender intensivamente as famílias e comunidades alvo da política de assistência social, por meio de visitas domiciliares e entrevistas, para com elas construir ações efetivamente participativas diante das problemáticas a serem enfrentadas. O psicólogo, nesta política, apresenta-se como o profissional que pode criar espaços dialógicos e educacionais para a reflexão sobre as condições objetivas que incidem sobre as vivências subjetivas dos sujeitos e as relações comunitárias, que permitam tomar consciência, imaginar e construir coletivamente outras possibilidades existenciais.

Palavras-chave: Assistência social. Desigualdades sociais. Psicologia comunitária. Psicologia educacional. Processos psicológicos. Garimpagem.

## **DAS INTENÇÕES**

Nos últimos nove anos vêm sendo construídas e estruturadas novas bases e diretrizes para a proteção social brasileira. Debates estabelecidos desde a instituição da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993 (BRASIL, 1993a), e fundamentalmente na IV Conferência de Assistência Social, realizada uma década depois de sua aprovação, culminaram com a reconstrução, no ano de 2004, da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2004a) e com a implantação de um modelo único de gestão da assistência social, para todo o território nacional, o chamado Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 15 de julho de 2005 (BRASIL, 2005). Muito recentemente, a assistência social foi consolidada pela Lei 12.435, de 6 de julho de 2011 (BRASIL, 2011a), garantindo o estabelecimento definitivo do SUAS, seus aparatos e programas.

A Política Nacional de Assistência Social busca demarcar um novo modelo de proteção social a todo o país, voltada ao combate à pobreza. A partir de 2004 os programas de assistência social já existentes, como o Bolsa-Alimentação, Agente Jovem, Auxílio-gás, Bolsa-Escola e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), são ampliados e integrados. Os programas de transferência de renda, por exemplo, são transformados no Programa Bolsa Família e sua abrangência é alargada. Além disso, cria-se uma rede mais estruturada de serviços socioassistenciais, nacionalmente direcionados e estadual e municipalmente executados.

Há que se considerar que desde a implantação desta política pública, muito se tem avançado em seu monitoramento, via ferramentas e estatísticas, e na transparência das informações geradas, disponibilizadas no website do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que permitem acompanhar a situação, as condições e os serviços oferecidos pela rede SUAS, não apenas no país, mas especificamente em cada município e estado.

Os números têm mostrado um incremento positivo no que se refere ao orçamento da assistência social, à contínua instalação dos aparatos do SUAS, à composição das equipes de funcionários, aos cadastros e beneficiários dos principais programas de transferência de renda. No entanto, faz-se necessário investigar e refletir sobre a qualidade dos serviços oferecidos, sua efetividade no atendimento à população e, fundamentalmente, os significados/sentidos, as expectativas e demandas dos sujeitos-alvo da política de assistência social.

Nisto considero residir uma das contribuições fundamentais da pesquisa em psicologia ao campo das políticas públicas: olhar para as políticas públicas com as lentes dos sujeitos que nela e com ela se constituem.

(...) pode-se dizer que as políticas e suas respectivas ações são encontros de múltiplas singularidades, que se dão nas e pelas relações sociais. Formuladores, gestores, executores, participantes, e seus muitos outros, estão presentificados nas ações públicas como partícipes, espectadores e autores em suas construções. (URNAU, 2008, p. 27)

Buscar compreender o ponto de vista do sujeito não significa psicologizar as políticas públicas, nem demarcá-las como fenômenos de ordem individual. Ao contrário, visa olhar para os sujeitos nelas envolvidos, enquanto uma de suas dimensões constitutivas. Sujeitos aqui entendidos enquanto produtos e produtores das relações sociais e culturais, num contínuo e dialético fazer histórico. “Homens inteiros”, como propõe Sawaia (2009, p. 365), que mesmo em condição de desigualdade social, vivenciam sofrimentos, angústias e ainda alegrias e vontades, que são ao mesmo tempo determinados e determinantes da sociedade.

Mas a importância da psicologia nesta política pública especificamente não se encerra nas possibilidades de contribuição à pesquisa acadêmica. Enquanto profissão, a participação do psicólogo nas equipes técnicas, responsáveis pelo desenvolvimento dos programas e ações socioassistenciais, passou a ser exigida, pela NOB-RH/SUAS (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS) de 2007 (BRASIL, 2007a). Ela ampliou o campo de atuação do psicólogo já existente na proteção social, com a abertura de inúmeras vagas de trabalho, por meio de concursos públicos e contratações. Esta ampliação do campo de trabalho na assistência social vem desafiando os profissionais da psicologia a romperem com práticas hegemônicas estabelecidas, como a clínica privada, e convidando-os a construir os alicerces de uma prática de cunho socioassistencial, sustentada nos saberes acumulados pela psicologia.

É importante observar que a inserção dos profissionais da psicologia na assistência social já se reflete nas produções acadêmicas da área sobre assistência social nos últimos anos. Em pesquisa realizada no banco de teses e dissertações da CAPES, com o descritor “assistência social”, foram encontradas 429 teses e dissertações no banco de dados da CAPES nos anos de 2007<sup>1</sup>, 2008 e 2009. Do total de publicações referenciadas foram excluídas aquelas cujo tema, conforme análise do resumo, não era concernente à assistência social.

---

<sup>1</sup> O ano de 2007 foi escolhido por demarcar a inclusão do Psicólogo no SUAS regulada pela NOB-RH/SUAS. As publicações do ano de 2010 ainda não estavam disponibilizadas no banco de dados da CAPES, no momento da consulta.

Pesquisas que, por exemplo, referiam-se especificamente ao campo da saúde, educação, agricultura ou outro. Neste sentido, do total de publicações encontradas, foram excluídas 136, restando 293 teses e dissertações. Ao longo dos anos de 2007, 2008 e 2009 houve um aumento das publicações. As publicações na área da psicologia seguiram este aumento, representando respectivamente 6,4%, 6,3% e 13,2% do total nos anos pesquisados, conforme o Gráfico 1, o que pode indicar maior preocupação com a temática a partir do estabelecimento do SUAS em todo o país.

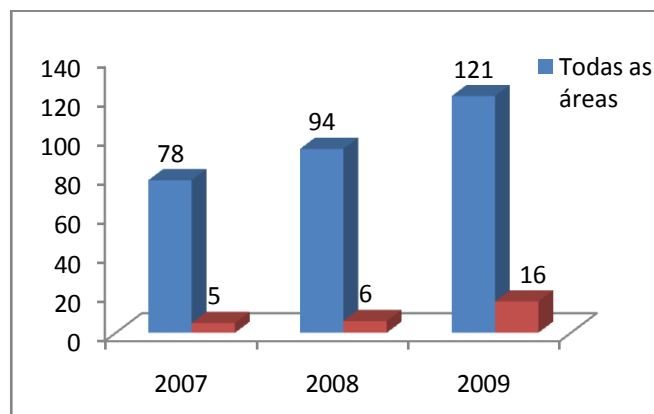


Gráfico 1 – Número de teses/dissertações, com o descritor “assistência social”, encontradas na base de dados do portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Do total das pesquisas encontradas, 9,6% foram produzidas pela psicologia, o segundo maior campo em número de publicações. O serviço social é o campo do saber que concentra aproximadamente 41% das produções, como pode ser observado no Gráfico 2.

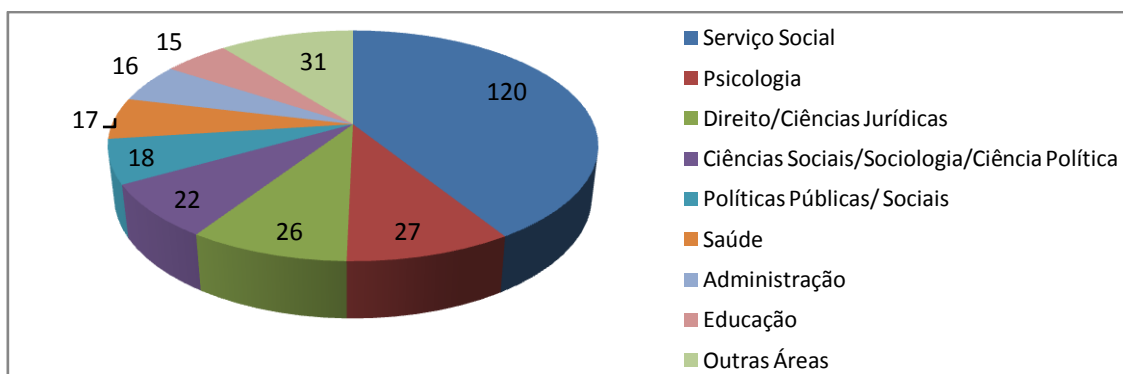


Gráfico 2 – Número de teses/dissertações, com o descritor “assistência social”, encontradas na base de dados do portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) conforme áreas de concentração

Das vinte e sete publicações encontradas no campo da psicologia<sup>2</sup>, onze (oito dissertações e três teses) relacionam-se a contribuições ou à inserção da psicologia, enquanto ciência e profissão, na proteção social. Sete delas investigam a atuação de psicólogos(as) na assistência social; duas, as contribuições da psicanálise aos atendimentos socioassistenciais; uma estuda a contribuição da psicologia social aos processos grupais de educomunicação em instituições escolares e de assistência social; outra analisa o papel do professor de psicologia no enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes.

As demais publicações relacionam-se a outras dimensões da proteção social: aspectos psicológicos envolvidos na entrega de filhos para a adoção; processos subjetivos de moradores de rua; percepções sobre a desigualdade social; construção de fórum e redes de proteção a públicos específicos; ações e olhares produtores de autonomia dos usuários de serviços socioassistenciais, entre outros.

As produções acadêmicas indicam que a psicologia, no cenário de implementação da Política Nacional de Assistência Social, vem se reinventando e ao mesmo tempo investigando a si mesma, em suas especificidades teóricas e práticas, bem como, debruçando-se ao estudo de outras dimensões envolvidas nesta política. Mas ainda muito há que se avançar nos estudos. É neste contexto que esta pesquisa se insere. Pretendeu contemplar as contribuições da psicologia neste campo, mas de modo distinto dos estudos já existentes, privilegiou o olhar para suas possibilidades e limites no trabalho com famílias, nomeadas como foco prioritário da proteção social brasileira.

Para isso, elegeu como foco de análise um lugar *sui generis* da Amazônia Ocidental, o Garimpo Bom Futuro. Localizado a cerca de oitenta quilômetros do município de Ariquemes-RO ao qual pertence, está entre os maiores garimpos em extração de cassiterita do mundo e tem uma população estimada em cinco mil habitantes. Como tantos outros territórios do país, mesmo em tempos de descentralização, de políticas públicas locais e focais, e mesmo sendo fonte de significativas riquezas minerais e financeiras, sua população convive com a falta de serviços e ações públicas básicas. A exploração de recursos naturais e do homem, o estigma da violência e da vulnerabilidade social, o descaso público e a violação de direitos parecem soterrar e desconsiderar sua gente.

Como é a realidade e o cotidiano das famílias no Garimpo Bom Futuro? Como se dá a organização social no garimpo? Quais as possibilidades da psicologia, enquanto ciência e

---

<sup>2</sup> Uma pesquisa na mesma base de dados, realizada por Motta (2011), apontou números inferiores de teses e dissertações em psicologia no campo da assistência social produzidas entre os anos de 2004 a 2010, o que pode ser justificado pelo uso de descritores diferentes.

profissão, no trabalho socioassistencial com famílias do garimpo? Estas foram as perguntas de base deste estudo, que teve como objetivos:

#### *Objetivo Geral*

Refletir sobre as possibilidades teórico-práticas da psicologia na proteção social básica, por meio da interlocução com famílias de um garimpo, à luz da perspectiva histórico-cultural.

#### *Objetivos Específicos*

- Compreender a constituição e dinâmica cotidiana da vida no garimpo;
- Entender as famílias, suas histórias e expectativas de futuro na relação com as políticas públicas e a vida social no garimpo;
- Conhecer e refletir com as famílias os sentidos da psicologia no âmbito da política de assistência social;
- Discutir as possibilidades de olhares e práticas da psicologia na política de assistência social que contemplem as famílias em sua constituição histórica e social.

#### *Guia ao leitor*

Para alcançar os objetivos aqui propostos, no Capítulo 1, *DIÁLOGOS COM A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL*, apresento algumas das principais contribuições da perspectiva vygotskiana sobre a construção cultural do psiquismo e a mediação da linguagem, destacando os conceitos de sentido e significado, importantes para a compreensão das marcas teórico-metodológicas orientadoras desta pesquisa e das análises empreendidas sobre as possibilidades da psicologia, enquanto ciência e profissão, na proteção social.

No Capítulo 2, *POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL*, procuro evidenciar a constituição histórica das políticas de proteção social e o papel do Estado<sup>3</sup> em suas construções; a eleição da família como foco dessas políticas; as principais teorizações e entendimentos sobre as famílias; bem como, sucintamente descrever os principais serviços e aparatos públicos da atual política de assistência social, criados com o Sistema Único de Assistência Social, e a ampliação da inserção de psicólogos nas equipes profissionais desses serviços, discutindo estatísticas dessa inserção e documentos de orientação à prática profissional dos psicólogos na proteção social básica.

---

<sup>3</sup> A utilização do termo “Estado”, com inicial maiúscula, ao longo deste texto refere-se ao significado de nação politicamente organizada (FERREIRA, 1995).

No Capítulo 3, *O PERCURSO METODOLÓGICO*, apresento e descrevo as escolhas metodológicas, o trabalho de campo etnográfico, os procedimentos utilizados na construção e análise das informações e os sujeitos participantes da pesquisa.

No Capítulo 4, *FAMILIARIZANDO-SE COM O ESTRANHO: ADENTRANDO NO UNIVERSO DE UM GARIMPO* discorro brevemente sobre a história da constituição dos garimpos na Amazônia e do garimpo Bom Futuro, bem como, analiso a legislação mineral e o processo de criminalização da atividade garimpeira e o contexto atual do distrito Bom Futuro.

No Capítulo 5, *ESTRANHANDO O FAMILIAR: AS FAMÍLIAS NO GARIMPO BOM FUTURO*, relato as histórias da formação, migração e pobreza das famílias participantes do estudo; analiso os sentidos/significados que os entrevistados atribuem à família e suas expectativas de futuro; analiso as relações cotidianas de gênero na divisão das tarefas domésticas e cuidado dos filhos nos agrupamentos familiares estudados e, por fim, descrevo os serviços e políticas públicas oferecidas à população do garimpo e os limites e possibilidades de organização coletiva e participação social desta comunidade.

No Capítulo 6, *PSICOLOGIA E AS FAMÍLIAS DO GARIMPO: POSSIBILIDADES DE ENCONTRO*, com base na análise dos sentidos atribuídos pelos participantes do estudo à psicologia e ao trabalho do psicólogo, e das idiossincrasias da população estudada, discuto as possibilidades teórico-práticas de atuação do psicólogo na proteção social.

No Capítulo 7, *CONSIDERAÇÕES FINAIS: POSSIBILIDADES QUE SE ANUNCIAM*, elenco e relaciono os principais resultados da pesquisa e aponto para possibilidades futuras de continuidade ou aprofundamento de pesquisas no campo estudado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS: POSSIBILIDADES QUE SE ANUNCIAM**

Quando contemplo no todo um homem situado fora e diante de mim, nossos horizontes concretos efetivamente vivenciáveis não coincidem. Porque em qualquer situação ou proximidade que esse outro que contemplo possa estar em relação a mim, sempre verei e saberei algo que ele, da sua posição fora e diante de mim, não pode ver: as partes de seu corpo inacessíveis ao seu próprio olhar – a cabeça, o rosto, e sua expressão -, o mundo atrás dele, toda uma série de objetos e relações que, em função dessa ou daquela relação de reciprocidade entre nós, são acessíveis a mim e inacessíveis a ele. Quando nos olhamos, dois diferentes mundos se refletem na pupila de nossos olhos. (BAKHTIN, 2003, p. 21)

A proposta nesta pesquisa foi olhar para a psicologia e a prática profissional do psicólogo no âmbito da proteção social a partir do diálogo com o outro, com os sujeitos aos quais esta ciência e profissão se dirige, neste caso, sujeitos que vivem em contexto marcado pela condição de pobreza em um garimpo. Nesta direção, constituíram objeto de análise: o contexto histórico e social do garimpo, as histórias familiares marcadas pela pobreza, aspectos do cotidiano, sentidos e expectativas de futuro e a desatenção do Estado perante a condição de exploração do trabalho e a desigualdade social; bem como, as formas de organização coletiva e participação social desta população.

Ainda que o percurso deste trabalho evidencie a complexidade envolvida na busca de compreensão dos indivíduos na sua relação com os grupos, família e comunidade, possivelmente com pontos cegos que não puderam ser alvos de olhar, diante dos limites deste estudo e das próprias miopias características do pesquisar, o processo de sua construção culminou e narrou a experiência de redescoberta de si, de meu olhar sobre psicologia, no encontro com o outro.

Processo de incursão ainda em construção, que narra os pontos iniciais da partida e não tem a pretensão de tornar-se um modelo a ser seguido, mas uma experiência a ser incluída nos debates do campo da psicologia, instigadora de outros estudos sobre as práticas profissionais no âmbito da proteção social. Mas antes de anunciar as possibilidades futuras já aqui vislumbradas, importa sublinhar alguns pontos centrais discutidos neste estudo.

A jornada nesta pesquisa foi guiada pela intenção de compreender as dimensões e os aspectos implicados na transposição de práticas assistencialistas para práticas de participação social na proteção social brasileira, sob o princípio de que devem estar orientadas às especificidades locais e territoriais. Jornada que permitiria, ao mesmo tempo, entender as possibilidades teórico-práticas da psicologia diante deste novo paradigma. Este foi o sentido de conhecer intensivamente as famílias e a comunidade do garimpo Bom Futuro, uma vez que nenhuma ação efetivamente participativa pode ser desenvolvida sem um conhecimento prévio e aprofundado dos variados aspectos que compõe a realidade do território ou comunidade e sem uma vinculação dos profissionais com sua população.

A efetiva participação social, como busquei demonstrar ao longo desta pesquisa, está muito distante das noções simplistas apresentadas nos textos da Política Nacional de Assistência Social e demais políticas públicas. Na participação social, além da reflexão sobre os efetivos espaços democráticos e participativos existentes, desde a elaboração até a execução dos projetos pelos aparatos do SUAS e demais políticas públicas incidem aspectos



do contexto sócio-cultural contemporâneo, pautado no individualismo e na centralidade do cotidiano, como destaca Heller (2008), como também as apropriações e implicações locais, comunitárias e singulares, que ecoam sobre os limites e possibilidades da organização coletiva nas diferentes localidades.

A busca de entender a mediação entre tais elementos junto à população de Bom Futuro caminhou sob tais princípios e permitiu apreender como as condições objetivas de pobreza, desigualdade social, exploração do trabalho e baixa escolarização atravessam as vivências singulares dos moradores do garimpo e incidem em inúmeras contradições entre o *silêncio/grito*, a *impotência/potência* e a *inação/ação* dos indivíduos e sua organização coletiva.

Em Bom Futuro dois campos, que ali se apresentam dissociados, a saber, a esfera da extração mineral e o cotidiano dos serviços públicos da vila central do distrito, apontam demandas e necessidades de participação social e organização coletiva e, ao mesmo tempo, os entraves reais para o enfrentamento das problemáticas vivenciadas pela população nestes campos. Na esfera da extração mineral, as relações de exploração e reciprocidade entre donos dos meios de produção e os requeiros, ao mesmo tempo em que revelam a consciência crítica dos últimos, apresentam um contexto de falta de informações básicas, uma resignação diante da obtenção de benesses e um sentimento de impotência perante a necessidade da atividade remunerada, ainda que sob condições de exploração. Fatores que, juntamente com a criminalização e o não lugar da atividade garimpeira nas instituições públicas, demonstram a impossibilidade concreta de associação dos requeiros e enfrentamento coletivo da situação por todos vivenciada.

No caso da vila central, ficou evidente além das inações estatais, o insuficiente espaço participativo e democrático junto aos serviços públicos e à associação de moradores já existente; os movimentos de estabelecimentos de fissuras pela ação e reivindicação de algumas lideranças, que ao mesmo tempo mantêm práticas de participação social individualizadas e centralizadoras; a desconfiança gerada pela primazia de interesses privados sobre os públicos nas ações dos indivíduos voltadas à comunidade; os consensos comunitários de posicionamento crítico diante das problemáticas enfrentadas, as dificuldades comunitárias para lidar com as diferenças e heterogeneidades de pensamentos e modos de agir, para organizar discussões e processos democráticos decisórios. Questões ainda atravessadas pelas morais religiosas, seus distintos entendimentos de coletividade e justiça social; como também, pela disputa entre a primazia da valorização do eu ou da valorização do nós.

Numa dimensão mais subjetiva, dos processos psicossociais, tais contradições repercutem, e são ao mesmo tempo movidas, por conflitos entre o medo e a vontade de agir; a falta de perspectivas e os sonhos; entre a adaptação e a consciência crítica; entre a vergonha gerada por preconceitos e a luta contra eles; o sentimento de humilhação e exclusão social a vontade de ser reconhecido/valorizado e incluído.

O ciclo de desvantagens e vulnerabilidades a que as famílias de Bom Futuro estão submetidas relacionam-se intimamente a tais aspectos analisados, ou seja, tanto por suas impotências diante da condição de exploração do trabalho, quanto pelas ausências de políticas públicas e espaços comunitários efetivamente democráticos. Criar rupturas e configurar espaços de transformação em tal ciclo constitui tarefa central das políticas sociais e mais especificamente de assistência social, que tem no CRAS o principal articulador da rede de proteção em territórios considerados socialmente vulneráveis.

Nisto reside a importância de compreender as comunidades em seus limites e potencialidades, para com elas construir ações efetivamente participativas e voltadas às suas problemáticas concretas. Quaisquer práticas que não sejam guiadas neste sentido podem ser posicionadas como mantenedoras da condição de exploração, pobreza e vulnerabilidade social das populações, já que contribuem para afirmar a impossibilidade de mudança e condicionar a certeza do abandono. Este é o caso de Bom Futuro, que conta apenas com os benefícios do Programa Bolsa Família, com cursos profissionalizantes aos jovens e com ações esporádicas e descontínuas de oferecimentos de palestras ou serviços nos moldes das “Ações Globais” e, ainda, se depara com insignificantes ações previstas no plano diretor do município para os demais setores e políticas públicas.

Mas é preciso ponderar que a população está encontrando formas independentes de organização coletiva: a associação dos moradores das outras vilas, entre as quais a Vila Cachorro Sentado, alvos de disputas territoriais com as empresas mineradoras, cujas problemáticas não estavam incluídas na ação da associação de moradores da vila central, após o encerramento do trabalho de campo, criou um perfil online numa rede social onde tem divulgado informações, fotos e atas de reuniões e já conta com duzentos associados, sob o lema: “Trabalho, moradia e dignidade para todo cidadão - nossa comunidade merece atenção”. Fato que evidencia as forças e potências existentes nesta comunidade, diante de tantas impossibilidades por ela vivenciadas, que não pode ser genericamente caracterizada pela adaptação ou resignação passiva às condições de pobreza e exploração do trabalho, o que não exime a responsabilidade do apoio de políticas públicas e projetos sociais que contribuam aos enfrentamentos destas populações.

Nestas direções também precisam ser analisadas as práticas do psicólogo e demais profissionais atuantes na assistência social: em que medida pautam-se no compromisso com a transformação social ou, ao contrário, estão, mesmo que não intencionalmente, a serviço da manutenção da desigualdade social e de sua aceitação? A defesa na primeira direção remete à importância do trabalho do psicólogo no âmbito das políticas de proteção social, não apenas por seus saberes no campo da subjetividade humana, mas pela possibilidade de articular esta dimensão com as condições objetivas implicadas na desigualdade social, pela compreensão dos processos psicossociais a ela envolvidos. O psicólogo apresenta-se como o profissional que, a partir dos conhecimentos teórico-metodológicos, pode configurar espaços de reflexão sobre as condições objetivas que incidem sobre a vida e as vivências subjetivas dos sujeitos, de maneira que constituam exercícios de tomada de consciência, (re)significação, imaginação e construção de outras possibilidades existenciais. Os processos de transformação dependem fundamentalmente da mudança das condições materiais e das forças produtivas vigentes, e o psicólogo, assim como outros profissionais, pode ter importante papel na luta contra as injustiças sociais e construção de saídas possíveis, ainda que num contexto limitador.

Tarefa que não se mostra fácil. O psicólogo atuante na proteção social se depara com inúmeros e diferenciados fenômenos e situações, que demandam uma ampla gama de conhecimentos, que vão desde as condições históricas e sociais da produção da desigualdade social, até os processos psicossociais implicados na exclusão, na violência, nas diversas manifestações de preconceito, nas questões relacionadas à condição de gênero e orientação sexual, as escolhas morais, entre outros. Embora a psicologia tenha consolidado muitos e importantes conhecimentos sobre estas dimensões, as pesquisas e os estudos apontam múltiplas e diversas direções e perspectivas teóricas, tornando os conceitos desconexos, demandando um processo intensivo e nunca findado de apropriação destes tantos saberes, que permitam ao profissional conectá-los e operá-los em sua práxis.

No caso específico da psicologia histórico-cultural, a prematuridade da morte de Vygotski e a censura de sua obra por muitos anos, impediram uma continuidade sistemática nos estudos e na sua construção teórico-metodológica, quando comparada com os demais sistemas teóricos da psicologia, o que torna essa perspectiva pouco mais aberta e inacabada, apresentando questões ainda não plenamente respondidas, que desafiam a construí-las no fazer. Orientadas pela vasta obra deixada pelo autor a psicologia escolar e educacional, como também psicologia social latino-americana têm consolidado importantes apropriações e descobertas, que nos dão direções muito precisas, não apenas ao campo científico, quanto para a atuação do psicólogo.

Mas não existem receitas. Nem técnicas prontas a serem reproduzidas em quaisquer contextos e situações. A prática do psicólogo numa perspectiva histórico-cultural exige levar à última instância o entendimento vygotskiano do método, pautado no materialismo histórico e dialético. Ou seja, entendê-lo como processo em construção permanente, como ferramenta e produto do investigar e do fazer, que se (re)cria a partir do movimento da realidade. Nesta perspectiva implica ao psicólogo assumir-se como autor/pesquisador, que a partir de seus recursos técnicos e epistemológicos, olha, analisa, constrói instrumentos e procedimentos, volta a analisar os resultados encontrados e cria novos caminhos. No campo das políticas públicas, pautadas na noção de participação social, é possível dizer ainda mais, implica ao profissional colocar seus conhecimentos à disposição da população, numa postura de coautoria e coparticipação, para com ela refletir e criar proposições.

Nesta direção, também cabe refletir sobre os procedimentos e recursos técnicos específicos do psicólogo no campo social. Procedimentos como visitas domiciliares, entrevistas, processos educativos, construção de projetos, entre outros, em si não pertencem a nenhum campo profissional ou perspectiva teórica. É a epistemologia, o olhar que os direcionará numa ou outra direção. Como defendido e apontado neste estudo, os procedimentos mencionados, sob o olhar do psicólogo, podem desencadear espaços dialógicos fundamentais de reflexão sobre os processos psicossociais da desigualdade social. A questão reside em como isto é feito, sob quais formas de interações e com quais encaminhamentos: se promovem o aumento das hierarquias entre o profissional e a população e de seus poderes para direcionar suas vidas ou, ao contrário, buscam minimizá-las, a partir do respeito aos saberes do outro e dos princípios de liberdade e autonomia.

Tais apontamentos sustentam a importância de repensarmos os processos formativos dos psicólogos, que precisam abarcar experiências e estudos no campo das políticas públicas de proteção social, o qual vem se constituindo um significativo espaço de trabalho para muitos profissionais, tanto em instituições públicas, como no terceiro setor, mas ainda não amplamente incorporado aos cursos de graduação. Do mesmo modo, faz-se necessária a configuração de formações continuadas para o psicólogo, que garantam oportunidades de compartilhar experiências profissionais e pensá-las conjuntamente, bem como, refleti-las coparticipativamente com as comunidades.

Além destas questões, os resultados do estudo aqui empreendido permitem assinalar algumas possibilidades futuras de estudos e intervenções. Especificamente em Bom Futuro como possíveis encaminhamentos interventivos:

- A configuração de espaços dialógicos coletivos para discussão e reflexão dos resultados desta pesquisa, que quiçá fomentem futuros projetos e ações com a comunidade no sentido de potencializar a organização coletiva, a participação social e os espaços democráticos;

- A ampliação da rede de informações sobre os direitos trabalhistas, previdenciários e minerários aos requeiros e discussão das possibilidades e limites à sua organização coletiva;

- A construção de espaços dialógicos coletivos para a reflexão sobre as questões de gênero, sob os processos de dominação e igualdade entre o feminino e o masculino e as escolhas sexuais, diante das hegemonias que ali se fazem evidentes;

- A criação de projetos específicos voltados à convivência e expectativas de futuro aos públicos jovem e idoso; entre outros.

No que concerne a investigações científicas futuras, esta pesquisa permite indicar a necessidade de aprofundamento no entendimento sobre o modo como efetivamente os CRAS do país têm desempenhado a tarefa de compreender a realidade das famílias e seus territórios e, com isso, desenvolver ações no sentido de romper com os ciclos de vulnerabilidade social. Estudos que evidenciem a relação das políticas de proteção social com as políticas de educação, trabalho e renda, no sentido de investigar que perspectivas efetivamente vêm sendo apresentadas como saída da condição de pobreza. Ainda, pesquisas que ampliem a discussão sobre os limites e as possibilidades de participação social das populações nos serviços e no planejamento das ações públicas; bem como, estudos sobre as implicações morais religiosas na participação social, a partir das suas apropriações subjetivas e das relações familiares e comunitárias.

Especificamente sobre a atuação dos psicólogos na proteção social há necessidade de pesquisas que ampliem a reflexão sobre as práticas profissionais nos serviços socioassistenciais, os recursos técnico-metodológicos desenvolvidos e utilizados; o trabalho do psicólogo junto às equipes multidisciplinares; como também, as implicações institucionais dos aparatos de proteção social às ações das equipes, entre outros.

O caminho se mostra complexo, mas as potencialidades e os desafios podem constituir os motores para (re)inventar a psicologia e suas possibilidades teórico-práticas no campo socioassistencial.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W.; FREITAS, M. V.; SPOSITO, M. P. (orgs.). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez, 2000.

ABRAMO, H. W. & BRANCO, P. P. M. (Orgs). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMOVAY, M.; et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para as políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

AFONSO, M. L. M. **Metodologia de Trabalho com Famílias na articulação PBF/PAIF**. (2006) Disponível em: [http://www.mds.gov.br/suas/guia\\_protecao/avisos-1/i-encontro-nacional-de-coordenadores-de-cras/apresentacoes-do-evento/metodologia\\_pbf-paif\\_maria\\_lucia\\_m\\_afonso\\_20-06-06.ppt](http://www.mds.gov.br/suas/guia_protecao/avisos-1/i-encontro-nacional-de-coordenadores-de-cras/apresentacoes-do-evento/metodologia_pbf-paif_maria_lucia_m_afonso_20-06-06.ppt). Acesso em: 13/04/2009.

AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2004.

ANDRÉ, M.E.D.A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

AQUINO, J. G. A violência escolar e a crise da autoridade docente. **Cadernos Cedes**, ano XIX, n. 47, dezembro 1998.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Tradutora: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

ARIQUEMES. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano Diretor Participativo de Ariquemes**, Ariquemes, RO, 2006. Disponível em: <<http://www.ariquemes.ro.gov.br/default.asp?secao=secretarias.asp&idsec=33&subsec=390&it=Plano%20Diretor%20Participativo>>. Acesso em: 13 Aug. 2011.

ARRETICHE, M. T. S. Emergência e desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 3-40, 1º semestre 1995.

BAKHTIN, M. La construcción de la enunciación. Tradução do italiano por Ariel Bignami. In: SILVESTRI, A.; BLANCK, G. **Bajtín y Vigotsky: la organización semiótica de la conciencia**. Barcelona: Anthropos, 1993. p. 245-276.

\_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M.; VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. (1929). 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARRETO, M. L.; ALBUQUERQUE, G. S. (Orgs.) **Legislação mineral em debate**. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1990.

BASTOS, W. R.; HACON, S. de S. (Coords.) **Avaliação de risco para a saúde das populações expostas às alterações ambientais causadas pelas atividades antropogênicas na Bacia do Rio Jamari – RO**. Porto Velho: UNIR & ENSP/FIOCRUZ, 2010. 273p. Relatório Final de Pesquisa.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_ **Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERQUÓ, E. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: NOVAIS, F. (Coord.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia da Letras, v. 4, 1998.

BOURDIEU, P. Compreender. In: \_\_. (Org.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 693-713.

BRASIL. Decreto 24.642 de 10 de julho de 1934. Decreta o Código de Minas. **Diário Oficial da União** de 19 de outubro de 1934a. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/d24642.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d24642.htm)> Acesso em: 07 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto 24.193 de 3 de maio de 1934. Regula a indústria da faiscação de ouro aluvionar em todo o território da República e estende às cinzas de ourivesarias, revigorando a proibição de exportação contida do art. 56 da lei n.º 4.440, de 31 de dezembro de 1921, e o comércio de pedras preciosas. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 de junho de 1934b, Seção 1, p. 10706. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao>> Acesso em: 07 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937). **Diário Oficial da União** 10 de novembro de 1937a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm)> Acesso em: 07 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei 66 de 14 de dezembro de 1937. Declara em vigor, com as modificações resultantes dos preceitos constitucionais, o Código de Minas e outros decretos que especifica, e expede bases para confirmar a execução desses decretos à Constituição. **Diário Oficial da União** de 18 de dezembro de 1937b. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del066.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del066.htm)> Acesso em: 07 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 466, de 4 de junho de 1938. Dispõe sobre a garimpagem e o comércio de pedras preciosas. **Diário Oficial da União** de 5 de julho de 1938. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del0466.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del0466.htm) Acesso em: 07 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1.985, de 29 de março de 1940. **Código de Minas. Disponível em:** [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De11985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De11985.htm) Acesso em: 07 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei 227 de 28 de fevereiro de 1967. Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas). **Diário Oficial da União** de 28 de fevereiro de 1967. **Disponível em:** <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0227.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0227.htm)> Acesso em: 07 de agosto de 2012. Acesso em: 07 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.403, de 15 de dezembro de 1976. Modifica dispositivos do Decreto-lei nº 227, de 28/02/67 (Código de Mineração). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 de dezembro de 1976. **Disponível em:**< <http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=67>> Acesso em: 07 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7805, de 18 de julho de 1989. Altera o Código de Mineração, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, e extingue o regime de matrícula. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 de julho de 1989. **Disponível em:**< <http://www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=67>> Acesso em: 07 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 de setembro de 1990.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS, Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 de dezembro de 1993a Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm)> Acesso em: 13 de junho de 2010.



\_\_\_\_\_. Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. **Plano Plurianual para Desenvolvimento do Setor Mineral**, 1993b. Disponível em: [http://www.dnpm.gov.br/mostra\\_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=370](http://www.dnpm.gov.br/mostra_arquivo.asp?IDBancoArquivoArquivo=370). Acesso em: 13 de maio de 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**, Brasília, 2004a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**, Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do programa bolsa família no âmbito do sistema único de assistência social (SUAS)**. Versão Preliminar. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica/ Recursos Humanos NOB/RH/SUAS**, Brasília, 2007a.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Capacita SUAS**, v.1 Brasília, 2008a.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008. Institui o Estatuto do Garimpeiro e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, de 3 de junho de 2008b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11685.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11685.htm)> Acesso em: 07 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação nacional dos serviços socioassistenciais**. Brasília, 2009a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas Centro de Referência de Assistência Social- CRAS**. Brasília, DF, 2009b.

\_\_\_\_\_. Lei 12.435 de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 de julho de 2011a. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm)> Acesso em: 11 de dezembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Relatório de Informação Social**. Disponível em: < <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Riv3/geral/index.php>> Acesso em: 27 jul. 2011b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2010**. Brasília, DF. Disponível em: < [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/TabSocial/censo\\_suas.php](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/simulacao/TabSocial/censo_suas.php)> Acesso em: 27 jul. 2011. 2011c.

\_\_\_\_\_. Resolução Nº 17, de 20 de junho de 2011. Conselho Nacional de Assistência Social Ratifica a equipe de referência definida pela NOB-RH/SUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jun. 2011. Seção 1, p. 79. 2011d.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Censo SUAS 2010** (Folder). Brasília, DF, 2011e.

\_\_\_\_\_. Ministério da saúde. **Indicadores e dados básicos** (IDB – 2011), 2011f. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2011/matriz.htm>. Acesso em: 24 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da saúde. Portaria nº 2.027, de 25 de agosto de 2011. Altera a Portaria nº 648/GM/MS, de 28 de março de 2006, na parte que dispõe sobre a carga horária dos profissionais médicos que compõem as Equipes de Saúde da Família (ESF) e na parte que dispõe sobre a suspensão do Piso de Atenção Básica (PAB Variável). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 de agosto de 2011g. Disponível em: < <http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/109380-2027.html>> Acesso em: 14 dez. 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES Nº 5, DE 15 DE MARÇO DE 2011. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 de março de 2011g, Seção 1, p. 19. 2011h.

BUSSO, G. Vulnerabilidad social: nociones e implicancias de políticas para Latinoamérica a inicio del siglo XXI. In: CEPAL. **Seminário de las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social em América Latina y el Caribe**, Santiago de Chile: CEPAL, 2001.

CARVALHO, I. M. M. de; ALMEIDA, P. H. de. Família e proteção social. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 2, 2003.

CARVALHO, T. de. A legislação mineral sob a ótica do produtor. In: BARRETO, M. L.; ALBUQUERQUE, G. S. (Orgs.) **Legislação mineral em debate**. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1990.

CFESS; CFP. **Parâmetros para a atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social**. Brasília, CFP/CFESS, 2007.

CFP. **Jornal do Federal**. Conselho Federal de Psicologia, Ano XXII, n. 105, dez. 2012.

CLEARY, D. **A garimpagem do ouro na Amazônia**: uma abordagem antropológica. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

COY, M. Desenvolvimento regional na periferia amazônica: o caso de Rondônia. In: AUBERTIN, C. (Org.). **Fronteiras. Brasília**: UNB/ORSTROM, 1988. p. 167-194. Disponível em: <[http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins\\_textes/pleins\\_textes\\_7/b\\_fdi\\_03\\_01/37780.pdf](http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37780.pdf)> Acesso em: 17 de nov. 2012.

COSTA, L. R. Os garimpos clandestinos de ouro em Minas Gerais e no Brasil: tradição e mudança. **História & Perspectivas**, Uberlândia n. 36-37, jan.dez. 2007.

COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**. Ano 2, n. 3, Dez. 2005.

\_\_\_\_\_. O conceito de vontade coletiva em Gramsci. **Revista Katál**, v. 12, n. 1, jan./jun. 2009.

CREPOP. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Brasília, CFP, 2007.

\_\_\_\_\_. **Atuação dos Psicólogos no CRAS/SUAS**. Brasília: CFP, 2010a. 35 p. Relatório Descritivo Preliminar de Pesquisa.

\_\_\_\_\_. **Atuação dos Psicólogos no CREAS e outros serviços especiais de acolhida e atendimento domiciliar do SUAS**. Brasília: CFP, 2010b. 21 p. Relatório Descritivo Preliminar de Pesquisa.

CROCHIK, J. L. **Preconceito, indivíduo e cultura**. 2. ed. São Paulo: Robe Editorial, 1997.

CRUZ, L. R. da; SCARPARO, M. de L. D.E.; GUARESCHI, N. M. de F. La trayectoria de la asistencia social em Brasil: atención a la familia y el lugar de la psicologia. **Revista Diversitas-Perspectivas em Psicologia**, v. 3, n. 2, 2007.

DALL'IGNA, L. G. **A mineração e o garimpo de cassiterita em Rondônia**. APROGERO/Museu Geológico do Estado de Rondônia, Estudo 1, 1995.

\_\_\_\_\_. A mineração e o garimpo de cassiterita em Rondônia. **A terra em revista**, n. 1, mar. 1996.

DELAMOND, S. Ethnography and participant observation. In: SEALE, C.; GOBO, G.; GUBRIUM, J. F. & SILVERMAN, D. **Qualitative research practice**. Reprint, U.K. Sage. Cap 14, 2005.

DNPM. **Relatório CFEM**. Disponível em: <[https://sistemas.dnrm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/cfem/maiores\\_arrecadadores.asp](https://sistemas.dnrm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/cfem/maiores_arrecadadores.asp)> Acesso em: 09 de dezembro 2012.

ESPING-ANDERSEN, G. O Futuro do Welfare State na nova ordem mundial. **Lua Nova**, n. 35, p. 75-111, 1995.

ESTEBAN, M. T. Repensando o fracasso escolar. **Cadernos Cedes 28 – O sucesso escolar: um desafio pedagógico**. Campinas: Papirus, 1992.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FERREIRA, M. M. **Do reco ao melechete: uma leitura Geográfica do Garimpo Bom Futuro, Extração de Cassiterita, Ariquemes, Rondônia**, 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia). FFLCH-USP, São Paulo.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paideia**, v.14, n. 28, 2004.

FRIGOTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1991.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LCT, 1989.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n.2, abr./jun. 2005.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social: humilhação política. In: SOUZA, B. P. (Org.) **Orientação à queixa escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

GONZÁLEZ REY, F. L. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia**: caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

\_\_\_\_\_. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. **Los intelectuales y la organización de la cultura**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1997.

GUIMARÃES, J. R. S. **Perfil do Trabalho Decente no Brasil**: um olhar sobre as Unidades da Federação. Brasília: OIT, 2012. Disponível em: <[http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/relatoriotdvers%C3%A3oweb\\_876.pdf](http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/relatoriotdvers%C3%A3oweb_876.pdf)> Acesso em: 07 de dezembro de 2012.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HERMANN, H.; BONGIOVANI, L. A. O novo texto constitucional e a mineração brasileira. In: GUERREIRO, G. et al. Constituinte: a nova política mineral. **Recursos Minerais**: estudos e documentos, n. 7, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 de julho de 2011.

\_\_\_\_\_. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos**: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005. Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas. Número 21. 2007. Disponível em:

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tempo\\_trabalho\\_afdom\\_pnad2001\\_2005.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tempo_trabalho_afdom_pnad2001_2005.pdf)> Acesso em: 06 de dezembro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 de julho de 2011.

\_\_\_\_\_. **Séries estatísticas e séries históricas**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 de dezembro de 2012a.

\_\_\_\_\_. **Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas**. Pesquisa mensal de empregos. 08 de março de 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 de dezembro de 2012b.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA AVANÇADA. **Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero**. Comunicados do IPEA, n. 149. Maio de 2012. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120523\\_comunicadoipea0149.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120523_comunicadoipea0149.pdf)> Acesso em: 07 de dezembro de 2012.

IULIANELLI, J. A. S. Juventude: construindo processos – o protagonismo juvenil. In: FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. A. S. (orgs.) **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

KAGAN, J. **What is emotion?: history, measures and meanings**. New York: Vail Ballou Press, 2007.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

LANE. S. T. M.; CODO, W. **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LANE. S. T. M. Linguagem, pensamento e representações sociais. In: LANE. S. T. M.; CODO, W. **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LANE. S. T. M.; CAMARGO, D. de. Contribuição de Vigotski para o estudo das emoções. In: LANE. S. T. M.; SAWAIA, B. B. **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, Educ, 2006.

LAURELL, A. C. Para um novo estado de bem estar na América Latina. **Lua Nova**, n. 45, p. 187-204, 1998.

MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R. de.(Orgs.) **Psicologia Escolar**: em busca de novos rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

MAFFESOLI, M. **A Contemplação do Mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios Ed. Ltda., 1995.

MARTINS, M. L. A arte de fabricar motins: os marcos regulatórios da mineração diamantífera em perspectiva histórica. **Revista Geonomos**, Minas Gerais, v.16, n.2, p. 69-77, 2008. Disponível em: <[http://www.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/16\\_2\\_69\\_77\\_Martins.pdf](http://www.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/16_2_69_77_Martins.pdf)> Acesso em: 14 de agosto de 2012.

\_\_\_\_\_. As mudanças nos marcos regulatórios da mineração diamantífera e as reações dos garimpeiros: o caso da Região do Alto Jequitinhonha. **Geografias**. Belo Horizonte, v. 05, n.1, p. 37-49, janeiro-junho de 2009. Disponível em: <[http://www.igc.ufmg.br/geografias/arquivos/revistas/Geografias%20v5%20n1\\_2009.pdf](http://www.igc.ufmg.br/geografias/arquivos/revistas/Geografias%20v5%20n1_2009.pdf)> Acesso em: 14 de agosto de 2012.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Volume 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. Ad Feuerbach. In: MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. , 9. ed. São Paulo: Hucitec,1993.

MEIRELES, C. Romanceiro da Inconfidência. In:\_\_\_\_. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar S/A, 1977.

MELLO, S. L. de. Classes populares, família e preconceito. **Psicologia USP**, v. 3, n. 1/2, p. 123-130, 1992.

\_\_\_\_\_. Família, uma incógnita familiar. In: AGOSTINHO, M. L.; SANCHEZ, T. M. (Orgs.) **Família**: conflitos, reflexões e intervenções. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

MIDDLETON, D.; BROWN, S. D. Experience and memory: imaginary futures in the past. In: DA ROS, S. Z.; MAHEIRIE, K.; ZANELLA, A. V. (Orgs) **Relações estéticas, atividade criadora e imaginação**: sujeitos e (em) experiência. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2006.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Abrasco, 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Agência Nacional de Águas. A navegação interior e sua interface com o setor de recursos hídricos. **Caderno de Recursos Hídricos**, 2005. Disponível em: <<http://arquivos.ana.gov.br/planejamento/planos/pnrh/VF%20Navegacao.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2012.

MORAES, C. S. V. Ideologia e intelectuais em Gramsci. **Educação e Sociedade**, Ano I, n. 1, set. 1978.

MOTTA, R. F. **Psicologia na assistência social**: práticas em travessia. 2011. 93 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, Pós-Graduação Psicologia Social, PUCRS, Porto Alegre, 2011.

NASCIMENTO, C. P. O processo de ocupação e urbanização de Rondônia: uma análise das transformações sociais e espaciais. **Revista de Geografia**, Recife, v. 27, n. 2, p. 53-69, 2010.

NEDER, G. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.) **Família Brasileira**, a base de tudo. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 2000.

OLABUÉNAGA, J. I. R. La entrevista. In: \_\_\_. **Metodología de la investigación cualitativa**. 2ª ed. Bilbao: Universidad de Deusto, 1999.

OLIVEIRA, H. M. J. de; SEIBEL, E. J. Clientelismo e seletividade: desafios às políticas sociais. **Revista de Ciências Humanas**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2006.

OLIVEIRA, J. L. C. de. et al. **Políticas Públicas em áreas de Fronteiras na Amazônia**. Relatório de Pesquisa, 2008. Disponível em: [www.biogeoquimica.unir.br/classes/download.php?id=114](http://www.biogeoquimica.unir.br/classes/download.php?id=114) Acesso em: 13 de dezembro, 2012.

OLIVEIRA, J. L. de. **Rondônia**: geopolítica e estrutura fundiária. Porto Velho: Grafriel, 2010.



ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 3. ed. Campinas: Pontes, , 2001.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

\_\_\_\_\_. **Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar**. São Paulo: T.A.Queiroz, 1982.

PEIXOTO, N. B. O olhar do estrangeiro. In: NOVAES, A. (et al). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

PEREZ, R. **Um estudo sobre a não participação de mulheres em situação de pobreza em cursos oferecidos por um CRAS**. 2009. 256 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PINO, A. **As marcas do humano: às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski**. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. O social e o cultural na obra de Vigotski. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 71, Julho 2000.

PONTES, E. P e.; SILVA, E. J. da. **Estanho**. DNPM, 2009. Disponível em: <[https://sistemas.dnpm.gov.br/publicacao/mostra\\_imagem.asp?IDBancoArquivoArquivo=5469](https://sistemas.dnpm.gov.br/publicacao/mostra_imagem.asp?IDBancoArquivoArquivo=5469)>. Acesso em: 13 Aug. 2011.

PORSANI, J. L. et al . Investigações GPR nos distritos mineiros de Santa Bárbara e Bom Futuro: Província Estanífera de Rondônia. **Revista Brasileira de Geofísica**, São Paulo, v. 22, n. 1, Abr. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-261X2004000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-261X2004000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 de Maio de 2011.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ROCHA, G. A. (Org.) **Em busca do ouro: garimpos e garimpeiros no Brasil**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

ROCKWELL, E. Etnografia e teoria na pesquisa educacional. In: EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. (Orgs.) **Pesquisa Participante**. São Paulo: Cortez, 1986.

\_\_\_\_\_. **Reflexiones sobre el proceso etnográfico**. IPN/ CINVESTAV, 1987.

RODRIGUES, A. F. da S. Estanho. **Balanço Mineral Brasileiro 2001**. Departamento Nacional de Produção Mineral. Disponível em: <http://www.dnpm.gov.br/assets/galeriadocumento/balancomineral2001/estanho.pdf>. Acesso em: 02 de abril de 2011.

ROMANELLI, G. **Famílias de camadas médias**: a trajetória da modernidade. Tese de Doutorado/ Depto. De Ciências Sociais/ FFLCH/USP, 1987.

\_\_\_\_\_. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, M. do C. B. de. (org.) **A família contemporânea em debate**. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997.

SALOMÃO, E. P. O ofício e a condição de garimpar. In: ROCHA, G. A. (Org.) **Em busca do ouro**: garimpos e garimpeiros no Brasil. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.

SANTOS, B. A. dos. A legislação mineral sob a ótica do produtor. In: CARVALHO, T. de. In: BARRETO, M. L.; ALBUQUERQUE, G. S. (Orgs.) **Legislação mineral em debate**. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1990.

SARTI, C. A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, M. do C. B. (Org.) **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez, 1997.

\_\_\_\_\_. A família como ordem simbólica. **Psicologia USP**, v.15, n.3, 2004.

\_\_\_\_\_. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.) **Família: redes, laços e políticas públicas**. 4ª ed. São Paulo: IEE/PUC/SP, Cortez, 2008.

SATO, L.; SOUZA, M. P. R. de. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. **Psicologia USP**, v. 12, n. 2, São Paulo, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642001000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642001000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 02/04/2011.

SAWAIA, B. B. Comunidade como ética e estética da existência: uma reflexão mediada pelo conceito de identidade. **Psykhé**, v. 8, n. 1, 1999.

\_\_\_\_\_. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: \_\_\_\_ (Org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. Participação social e subjetividade. In: SORRENTINO, M. (Coord.) **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2002.

\_\_\_\_\_. Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In: LANE, S. T. M.; SAWAIA, B. B. (Orgs). **Novas veredas da Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

\_\_\_\_\_. Família e afetividade: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F. (Orgs.) **Família: redes, laços e políticas públicas**. 4ª ed. São Paulo: IEE/PUC/SP, Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v.21, n. 3, p. 364-372, 2009.

SCARCELLI, I. R.; MOTTA, C. G. da. **Participação social centrada no sujeito: um estudo com lideranças comunitárias de Machadinho D'Oeste – RO**. São Paulo: IP-USP, 2008. 97 p. Relatório de Iniciação Científica.

SCARCELLI, I. R.; ALENCAR, S. L. de S. Saúde mental e saúde coletiva: intersectorialidade e participação em debate. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v. 1, n.1, jan-abr. 2009.

SCHEINVAR, E. A família como dispositivo de privatização do social. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 58, n. 1, 2006.

SEIBEL, E. J. O declínio do *welfare state* e a emergência do estado prisional: tempos de um novo puritanismo? **Civitas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, v.5, n.1, p. 93-107, jan/jun 2005.

SEKKEL, M. C.; ZANELATTO, R.; BRANDÃO, S. de B. Ambientes inclusivos na educação infantil: possibilidades e impedimentos. **Psicologia em Estudo**, v. 15, n. 1, jan./mar. 2010a.

\_\_\_\_\_. Uma Questão para a Educação Inclusiva: Expor-se ou Resguardar-se? **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, n. 2, 2010b.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SCHMIDT, M. L. S. Aspectos éticos nas pesquisas qualitativas. In: GUERREIRO, I. C. Z.; SCHMIDT, M. L. S.; ZICKER, F. **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n.2, 1990.

\_\_\_\_\_. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 1, jan-abr 2005.

SELLI, L.; GARRAFA, V. Bioética, solidariedade crítica e voluntariado orgânico. **Revista de Saúde Pública**, v. 3, n. 36, 2005.

SIQUEIRA, M. J. T. Sobre o trabalho das mulheres: contribuições segundo uma analítica de gênero. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 2, n.1, 2002.

SOARES, C.; SABÓIA, A. L. **Tempo, trabalho e afazeres domésticos**: um estudo com base na Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios de 2001 a 2005. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de população e indicadores sociais, 2007. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tempo\\_trabalho\\_afdom\\_pnad2001\\_2005.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tempo_trabalho_afdom_pnad2001_2005.pdf)> Acesso em: 07 de dezembro 2012.

SOUZA, C. Governos e sociedades locais em contextos de desigualdades e de descentralização. **Ciência e saúde coletiva**, v.7, n.3, 2002.

SOUZA, M. P. R. (Org.) **Orientação à queixa escolar**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

SPINK, P. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, M. J. (Org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2000.

TEIXEIRA, A. F. G. **Psicologia e Sistema Único da Assistência Social – SUAS**: estudo sobre a Inserção dos Psicólogos nos Centros de Referência da Assistência Social. 2008. 177 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

TEIXEIRA, M. A. D.; FONSECA, D. R. da. **História Regional (Rondônia)**. 4ª Ed. Porto

Velho: Rondoniana, 2003.

TOASSA, G. **Emoções e vivências em Vigotski**: investigação para uma perspectiva histórico-cultural. 2009. 348 f. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

UNESCO. **Relatório de monitoramento global da educação para todos**. São Paulo: Editora Moderna, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001871/187129por.pdf>> Acesso em: 10 de dezembro de 2012.

URNAU, L. C. **Juventude e Arte: os sentidos da mediação artística para jovens participantes de projetos sociais**. 2008. 148f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

URNAU, L. C.; ZANELLA, A. V. Quatro jovens, um projeto social: espaço de (des)encontros. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 61, n.1, 2009.

VYGOTSKI, L. S. El significado histórico de la crisis de la psicología. Una investigación metodológica. In:\_\_\_ **Obras Escogidas I: Problemas Teóricos e Metodológicos de la Psicología**. Madrid, España: Visor Distribuciones, 1991a.

\_\_\_\_\_. La conciencia como problema de la psicología del comportamiento. In:\_\_\_ **Obras Escogidas I: Problemas Teóricos e Metodológicos de la Psicología**. Madrid, España: Visor Distribuciones, 1991b.

\_\_\_\_\_. Pensamiento y palabra. In:\_\_\_ **Obras Escogidas II**. Madrid, España: Visor Distribuciones, 1992.

\_\_\_\_\_. **Obras Escogidas: Vol III. Problemas Del desarrollo de la psique**. Madrid, España: Visor, 1995.

\_\_\_\_\_. **La Imaginación y el arte en la infancia**. Madrid: Printing Book, S.L., 1998.

\_\_\_\_\_. **Teoría de las emociones: estudio histórico-psicológico**. Madrid: Akal, 2004.

\_\_\_\_\_. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

WERNECK VIANA, M. L. T. Seguridade social e combate à pobreza no Brasil: o papel dos benefícios não-contributivos. In: VIANA, A. L.; ELIAS, P.; IBAÑEZ, N. (Orgs.) **Proteção Social: dilemas e desafios**. São Paulo: Hucitec, 2005a.

\_\_\_\_\_. A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica? **Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**. Rio de Janeiro, n. 13, 2005b.

YAZBEK, M. C. Estado e políticas sociais. **Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**. Rio de Janeiro, n. 18, jan.-jul. 2008.

XIMENES, V. M.; PAULA, L. R. C. de; BARROS, J. P. P. Psicologia Comunitária e Política de Assistência Social: diálogos sobre atuações em comunidades. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 29, p. 686-699, 2009.

XIMENES, V. M.; REBOUÇAS JÚNIOR, F. G. Psicologia comunitária e psicologia histórico-cultural: análise e vivência da atividade comunitária pelo método dialógico-vivencial. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, n. 5, v. 2, agosto/dezembro 2010.

ZANELLA, A. V. Atividade, significação e constituição do sujeito: considerações à luz da psicologia histórico-cultural. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 1, 2004.

\_\_\_\_\_. Psicólogo na escola e as “dificuldades de aprendizagem”: algumas estratégias e muitas histórias. In: MARASCHIN, C.; CARVALHO, D.; FREITAS, L. B. (Orgs). **Psicologia e educação: multiversos sentidos, olhares e experiências**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.